

As formas de organização do Estado e entendimento da nação através do ódio aos judeus: os casos da Action Française e do nazismo

Forms of State organization and understanding of the nation through hatred of Jews: the cases of Action Française and Nazism

Felipe Cazzeta¹

Resumo: A proposta deste artigo é analisar as formas de organização de Estado nação presentes nos projetos da *Action Française* e do nazismo através dos tipos de antissemitismo que orientaram cada proposta autoritária. Deste modo, se utiliza como suporte de fontes primárias obras redigidas por Charles Maurras – principal mentor intelectual do movimento francês – tal como um dos periódicos vinculados ao movimento. Com relação ao nazismo, tal pesquisa se estabelecerá lançando mãos do rico debate existente na bibliografia acadêmica, para assim estabelecer exames acerca das similaridades e divergências das duas concepções ideológicas, através do ódio aos judeus.

Palavra-Chave: França, antissemitismo, nazismo

Abstract: The purpose of this article is to analyze the forms of organization of the nation state present in the *Action Française* and Nazism projects through the types of anti-Semitism that guided each authoritarian proposal. In this way, works written by Charles Maurras - the main intellectual mentor of the French movement – used as a support for primary sources, such as one of the periodicals linked to the movement. With regard to Nazism, such research established using the rich debate existing in the academic bibliography, in order to establish exams about the similarities and divergences of the two ideological conceptions, through hatred of Jews.

Keyword: France, anti-Semitism, Nazism

INTRODUÇÃO

O ódio aos judeus não é um fenômeno homogêneo tampouco a-histórico, sendo alterado conforme o contexto analisado. Grosso modo, Hannah Arendt estabelece um corte entre o “antigo ódio religioso antijudaico” e o “antissemitismo moderno” (ARENDDT, 1989, pp. 27-28). Em seu formato “tradicional”, o judeu seria visto como espécie de “mal necessário”, através do exercício de determinadas funções que os identificavam, e possuíam circulação e concentração territorial demarcadas e restritas. Portanto, estavam integrados, paradoxalmente, através da exclusão, dentro do corpo social, com a possibilidade de se manterem enquanto comunidade à parte (MAIO, 1992, p. 58).

A sorte da comunidade judaica, e sua relativa transnacionalidade, começou a ser alterada com a emergência e expansão do Estado-nação, mais fortemente em meados do

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil) e atualmente sou professor da Universidade estadual de Montes Claros - Campus São Francisco (Minas Gerais, Brasil) e membro permanente do programa de pós-graduação da mesma instituição.

século XIX, através da exigência de nacionalização compulsória de grupos étnicos diversos e grandes massas humanas através da classificação genérica de cidadãos. Seria, a partir da queda das monarquias do “Antigo Regime” (que estendiam-se por diferentes territórios, e por colchas de retalhos étnicas) e agora da pertença restrita a um determinado Estado, que se emanaria direitos e deveres definidos, e inscritos em recortes nacionais. Diante da ameaça aos antigos códigos judaicos, representada pela secularização exercida pelo Estado, parte da comunidade judaica inscrita nos novos Estados nacionais se viu assimilada, e o restante reagiu, mantendo si enquanto grupo específico - o que reforçava a identidade externa dos judeus enquanto povo sem Estado e sem território.

Por outro lado, tal prática forneceu combustível para a alteração do ódio étnico antes revestido pelo sentimento religiosos (durante o que se convencionou chamar de Idade Moderna), para a aversão no campo político, alimentada pela crescente onda de nacionalismo que tomou o continente europeu nos séculos XIX e primeira metade do XX. Vistos como elementos não assimiláveis, e portanto, inimigos da nação, os judeus e seus descendentes tornaram-se os bodes-expiatórios ideais durante as crises políticas e econômicas das potências imperialistas em momentos de declínio.

Apesar de grupos de origem judaica já estivessem fixados em regiões como a Europa Central e Península Ibérica, sua assimilação como súditos ou cidadãos não foi completa, principalmente no processo de formação dos Estados nacionais. Tal parcialidade na conversão destes grupos, se fez ora por razões internas no intuito de manter a integridade da identidade, ora por resistências apresentadas pelos demais indivíduos em processo de nacionalização, ao recusarem serem percebidos como iguais à parcela populacional semita, possuidora de códigos, ritos, crenças próprias.

Embora não fossem nacionalistas de primeira hora, os nobres em decadência, ao menos no caso francês, lançaram-se como protagonistas do ódio aos judeus. Apesar de se manifestarem em diferentes classes sociais, os indivíduos de ascendência judaica que adquiriam projeção nas finanças e nas casas de bancos internacionais, tendiam a resumirem como um todo o imaginário caricatural antisemita.

Assim, a aristocracia tradicional, que mantinha o prestígio através das propriedades fundiárias, converteu o símbolo nobiliárquico em bastião da Nação, com a retórica de estarem preservando assim o território protegido da ação estrangeira. De

maneira maniqueísta, o judeu era convertido no agente financeiro internacional, interessado no enfraquecimento nacional, pela dissolução das famílias monárquicas e da aristocracia. O comércio e o mercado seriam algumas das portas de entrada para a conspiração, atacando através das investidas comerciais, as propriedades de terra, ícone de nobilitação aristocrática.

A justificativa da decadência não estaria mais na resistência dos nobres em atualizarem as práticas econômicas, e alterarem a opulência nas formas de viver, para práticas racionais de investimento. O declínio seria arquitetado pelo judeu, segundo tal retórica. O antissemitismo estimulou, portanto, o nacionalismo, e projetando grupos em decadência a movimentos, ligas e partidos como representantes únicos da nação, conforme retórica deles mesmos (ARENDDT, 1989, p. 59).

No final do século XIX a França encontrava-se ameaçada pela expansão geopolítica do recém formado Estado alemão. Imersa em crises políticas, encontrou-se o julgamento de Alfred Dreyfus, militar de origem judaica suspeito de vender segredos de guerra para a Alemanha. Este acontecimento foi a sementeira para a emergência *Action Française*, desdobramento da *Ligue Patriotique*, agrupamento favorável à punição de Dreyfus em nome da salvação da nação, embora se comprovasse que as acusações fossem falsas.

Tal posicionamento escorava-se no nacionalismo de tipo fechado, conforme categorias enunciadas por Michel Winock (1998, pp. 24-25), ou seja, originário de crises (reais ou existentes nos discursos dos grupos interessados) baseado em perspectiva pessimista, revestida pela concepção de decadência presente, é tomado pela necessidade de recuperação da identidade coletiva, em relação ao contexto de deterioração e corrupção. O cenário de conspiração e obsessão pela retomada do esplendor perdido no passado, fizeram parecer ameaçadores os judeus, imigrantes e/ou quaisquer elementos vistos como estranhos à identidade nacional.

Charles Maurras, mentor intelectual da *Action Française* entendia o caso Dreyfuss como tentativa de desestabilização nacional pelo elemento judeu, nas bases de sustentação da França tradicional, ou seja, a Igreja e as Forças Armadas. Deste modo, investia nas concepções contrarrevolucionários como instrumentos de salvação pela tradição, através da restauração da Família, da sociedade corporativa (em reação ao

liberalismo), através do pacto entre Igreja católica e Monarquia orgânica (WINOCK, 1998, p. 12). Assim, Maurras utilizava da projeção de uma suposta ação judaica articulada em formato de sistema universal, como motivação externa para o declínio nacional, sendo a França a primeira nação a sentir tais incidências de corrupção (WINOCK, 1998, p. 115).

Embora a *Action Française*, em seu surgimento no ano de 1898, se declarasse republicana, tinha como eixo o projeto antidemocrático, posteriormente desdobrado em monarquia corporativa, após a entrada de Charles Maurras. Seus alicerces político-filosóficos firmaram-se sobre a intenção de retomar à sociedade hierarquizada e ciosa da superioridade da aristocracia tradicional, ligada à propriedade fundiária. René Rémond entende o projeto do movimento através da “anacrônica restauração das organizações corporativas, vinculado ao tradicionalismo, à aristocracia e ao paternalismo do catolicismo social, (...)” (RÉMOND, 1999, p. 175. Tradução livre). Todavia, é possível compreender tais projetos, de forma alternativa ao “retorno ao passado”, e portanto rejeitando a interpretação de anacronismo.

Ao perceber a narrativa de passado, que reveste o suposto pragmatismo do conservadorismo do movimento de Maurras, constata-se não necessariamente o compromisso com as fontes históricas pertencentes àquele contexto, mas sim a idealização de passado que pudesse acomodar e, portanto, legitimar, os projetos políticos futuros. Deste modo, tal “retorno” à Idade Média, foi a construção de utopia pensada no passado, para justificar projetos de futuro (SILVA, 1996, p. 10). Maurras, de fato, esforçou-se pela retomada da monarquia corporativa, no entanto, incorporando a este modelo aspectos contemporâneos de mobilização, através do nacionalismo e da vinculação do Estado à nação, algo incompatível às monarquias medievais ou ao Antigo Regime.

Associava-se ao elitismo reacionário, a capacidade de mobilização diante da partilha do vocabulário exterior à aristocracia, e enriquecendo tais projetos com concepções identificadas por outros extratos sociais. O nacionalismo insuflado entre outros instrumentos pelo ódio ao judeu, como forma de combate às ameaças externas e proteção das bases entendidas como nacionais (CAVALETTO, 2013, p. 13) foi um dos instrumentos neste sentido. Em momentos de estabilidade interna, Maurras utilizava de maneira branda o antissemitismo como forma de mobilização. Todavia, durante a

ocupação nazista migrou para a abordagem apologética à violência e ao ódio, buscando influenciar o regime colaboracionista de Pétain.

Por outro lado, mantinha seu comportamento germanófono, sustentado de maneira regular ao longo de sua trajetória no interior a *Action Française* (JOLY, 2012, p. 118). Deste modo, se o movimento apresentava pontos de convergência com o fascismo, tais como o nacionalismo, a reverência ao poder e a violência como questão de Estado tal como o culto à força, Maurras realizava o contrapeso através do discurso contrarrevolucionário, de respeito às hierarquias aristocráticas (algo repulsivo aos fascistas), desconfiança em relação à mobilização popular, e inclinação à descentralização administrativa, apesar de investimento na concentração de poderes políticos (RÉMOND, 1999, p. 203). É possível compreender a existência de projetos de extrema-direita distintos, por vezes partilhando o mesmo espaço e contexto, e em determinadas situações, com colaboracionismo dadas as circunstâncias, sem no entanto absorção de uma das partes, em vista das singularidades e incompatibilidades existentes entre a *Action Française* e os fascismos.

O debate acerca do conceito e das definições da ideologia fascista e suas variações como movimentos e regimes é demasiadamente espinhoso e plural na historiografia. Apesar da ciência desta complexidade, Michael Mann (2008, pp. 26-27) resumiu o fascismo como uma “(...) tentativa de construção de um Estado-Nação transcendente e expurgado por meio do paramilitarismo.” Tal como utilizado pela *Action Française*, o fascismo lançou mãos do nacionalismo para fomentar a percepção dicotômica entre nação em risco/ inimigo exterior. Por outro lado, ao aplicar a proposta corporativa como projeto político e econômico, o fascismo buscou diluir as segmentações sociais existentes internamente nos países em que logrou sua condição de regime, com maior destaque neste caso à Itália. A *Action Française*, por outro lado, enfatizava tal segmentação social e política como forma de organização da sociedade em seu projeto de Estado orgânico.

Ao abordar especificamente os nazistas, Traverso (2001, p. 25) apresenta a intenção destes de regeneração da nação e refundar a comunidade sobre bases novas, porém, vai além de Roger Griffin (2014), ao afirmar o intuito de transformação do Estado em máquina de guerra e conquista. O nazismo, tal como o fascismo italiano, se consagrou pela capacidade de acomodar correntes de pensamento, por vezes dissonantes entre si. Assim, do conservadorismo, herdou a aversão ao pensamento iluminista, propondo novos

mecanismos e sistemas de modernidade, na sua construção do Homem e do Estado novos. De mesma matriz foi proveniente a crença na ordem e na autoridade. Porém, a partir do darwinismo social e do imperialismo puderam ressignificar as concepções biológicas e raciais como elemento formador do povo alemão, e restritamente, o ariano, imbuindo tal intenção de um discurso revolucionário, de alteração das bases sociais, econômicas, políticas através da purificação da raça (TRAVERSO, 2001, p. 25), sendo o ódio aos judeus um dos principais eixos para a mobilização política e social dos nazistas.

Em mesmo contexto, a perseguição nazista a grupos diversos (homossexuais, socialistas, testemunhas de Jeová, indivíduos compreendidos pelo regime como degenerados biológica ou moralmente), entre os quais encontravam-se os judeus, Franz Neumann (1983, 124), sublinhava a importância do conceito de “povo racial” e sua historicidade na Alemanha. Firmado sobre as bases biológicas, subordina, segundo Neumann, as especificidades culturais à finalidade da raça. Deste modo, o judeu mesmo que assimilado e auto-identificado enquanto alemão seria obstruído, de todo modo, de ser um cidadão durante o regime nazista, através do mecanismo de exclusão racial. Isso provoca a redefinição da compreensão de *nação*, a princípio um conceito político, mas que se converte às matrizes raciais.

Apesar de ambas as ideologias, defendidas pela *Action Française* e pelo nazismo, se firmassem através da perseguição aos judeus, as interpretações da forma de organização e “conspiração judaica” eram distintas. Tal divergência refletia nos projetos políticos e na forma de se conceber a nação e o nacionalismo. Deste modo, é proposta estabelecer exame das formas de exploração da perseguição aos judeus, para estabelecer exames de pontos comuns e divergentes entre o movimento francês e o nacional-socialismo.

PROJETOS DA ACTION FRANÇAISE E A CONSPIRAÇÃO CONTRA A FRANÇA

A *Action Française* possuía vasta rede de periódicos, responsável por funções diversas: a arregimentação de novos membros e sociabilidade dos antigos; difusão doutrinária; politização dos integrantes a partir dos textos que envolviam projetos políticos referentes a organização do Estado monárquico corporativo desejado, ou crítica

ao contexto institucional da democracia liberal e parlamentar francesa, diante da expansão geopolítica das potências rivais em detrimento da França. Salvo melhor juízo, um dos periódicos mais longevos foi o *L'Action Française: organe du nationalisme integral*, vigente com periodicidade diária entre os anos de 1908 e 1944, com poucas interrupções (mais persistentes durante a fase de ocupação nazista ao território francês).

Em seu primeiro número, em artigo intitulado “*Le Nationalisme Integral*” assinado pelos principais membros do movimento (Henri Vougeois, Leon Daudet, Charles Maurras, Leon Montesquiou, Lucien Moureau, Jacques Bainville, Louis Dimier, Bernard de Vesine, Robert de Boisiberry, Paul Robain, Frédéric Debelecque e Maurice Pujo) apresentou-se as diretrizes políticas a serem seguidas. Possuíam como combate “a anarquia cosmopolita que insere o estrangeiro de nascimento ou coração no governo da França, à anarquia universitária que confia a educação dos jovens franceses aos mestres bárbaros, uns judeus e outros protestantes, (...)” (VOUGEOIS et alii, 1908, p. 1. Tradução livre). Salientava-se a interpretação que a França vivia um período de tumulto e vulnerabilidade política resultante de conspirações realizadas por judeus e protestantes, os primeiros seriam inimigos do Estado e da nação, e os protestantes opositores da Igreja católica, segundo interpretação dos membros da *Action Française*.

Tal perspectiva de que a democracia era um elemento exterior à França, incorporado com a finalidade de corrupção é um traço característico da geração intelectual de 1890. Esta possuía como elementos comuns a oposição violenta ao individualismo racionalista típico do liberalismo e contrários aos vínculos sociais específicos da sociedade burguesa (STERNHELL, 1978, p. 16). Além de Maurras, eram representantes desta geração Sorel, Le Bon e Drumont – pensadores pessimistas em relação à democracia, porém, inclinados aos estudos ou mobilização das massas. Como resultado dos aspectos comuns desta geração, a *Action Française* nutriu proposta de substituir o liberalismo econômico pelo corporativismo (WEBER, 1985, p. 89), com forte controle dos trabalhadores, através da hierarquia sindical.

Logo, destacava-se o propósito de uma sociedade organizada de “cima para baixo”, destituindo o trabalhador de qualquer capacidade de expressão de suas vontades fora das corporações, ou seja, a partir do Estado orgânico. Apesar do modelo elitista proposto, e revestido pelo monarquismo, o movimento adotava a mobilização para além

dos realistas, com atuação no antissemitismo como motor ao patriotismo tanto radical quanto reacionário (WEBER, 1985, p. 69).

A aversão aos judeus estava associada tanto à ênfase de serem estrangeiros mesmo que nascidos no território francês, quanto à suposta inclinação judaica às relações financeiras internacionais, desvinculadas de qualquer identidade ao país de origem. A interpretação de corrupção era inerentemente vinculada à democracia, e esta como um instrumento de enfraquecimento nacional, e forma de alimentar as ambições de grupos ocultos pelas transações parlamentares e pela diluição do voto em sua forma individual (MAURRAS, 1925, p. XXX).

Como alternativa, era apontada a hereditariedade como significativa marca de vínculo com a tradição e, portanto, com os pilares da nação, confirmando através das gerações a conexão entre família e solo, e conseqüentemente, povo e nação, contrapondo ao entendimento que os judeus (de forma genérica e propositalmente abstrata) eram povo sem nação. Diante deste suposto fato, os “estrangeiros internos”, conforme Maurras se referia, possuíam o parlamento como mecanismo de diluição das forças políticas, em forma de partidos e votos individuais, afirmando a natureza fraca da liderança nacional.

Alternativa a este cenário era apontada pelo monarca que teria a centralização política, e a federalização administrativa através do projeto corporativo (MAURRAS, 1925, p. 46). Em via oposta, o sistema político organizado por via da transferência de poder hereditário, forneceria à tradição o principal mecanismo de avaliação. Tal instrumento afirmaria a concepção de nação fundada na coletividade humana, formada a partir de um conjunto histórico, biológico e portanto racial (STERNHELL, 1978, p. 151). Deste modo, a sociedade, tal como a estrutura política do Estado projetado pela *Action Française* assumiria seu formato orgânico, tal como um organismo vivo. A identidade cultural estaria vinculada a terra, e esta, tal como o estatuto biológico e racial seriam consequência histórica do contato permanente e hereditária do monarca e seus súditos, e por isso, seria o rei seu representante, não através do voto, mas por determinação da tradição.

Deste modo, noções como “bem estar” e “vigor” associados ao corpo e à saúde do organismo estavam relacionadas à condição da nação vista, portanto, como a coletividade componente de um ser (Maurras, 1908, p.1), e o Estado francês assumiria o estatuto de

uma entidade viva. Como oposição, agentes externos, não somente em referência aos judeus, mas à disposição político parlamentar, significariam elementos patológicos e ameaçavam a integridade e sanidade do país. Tais contornos biológicos dados aos assuntos políticos ficam salientados em artigo de Charles Maurras (p.1, 1908a), “*Le parasite éliminé*”. Apesar de mencionar os judeus de maneira escatológica por vezes, associando-os a infecções, doenças ou qualquer distúrbio do corpo promovido de fora e contaminando seu equilíbrio, o “parasita” neste caso era o parlamentarismo. Portanto, as infecções referidas no periódico da *Action Française* se referiam a contaminação da identidade, entendida de modo cristalizado, adquirida através dos séculos de tradição. O elemento biológico era utilizado como estratégia retórico-discursiva, e a compreensão da definição racial não era tão grave a ponto de colocar em risco a existência do povo. A contaminação era proveniente da crença dos arranjos e conspirações ocorridas no âmbito parlamentar, alimentadas pelos interesses estrangeiros internos (judeus, maçons, protestantes) e externos (com maior ênfase, alemães).

A RAÇA E A AMEAÇA AO POVO: O JUDEU NO NAZISMO

A Alemanha, enquanto Estado nação, teve sua formação tardia, no último quartel do século XIX. O nacionalismo, neste primeiro momento, foi utilizado em contraste ao Antigo Regime. Assim, entre 1870 e os primeiros anos do século XX, o nacionalismo foi transvestido de simbologia burguesa, dotado de progressismo e promotor das liberdades constitucionais, marcadamente opositor à política realizada pela aristocracia feudal (KITCHEN, 2013, p. 172). Em vista da forma acelerada que se promoveu a modernização alemã, traços típicos do autoritarismo feudal se mantiveram, dividindo espaço com os costumes burgueses. Este aspecto híbrido, posteriormente foi incorporado pelos nazistas na militarização política e social do Estado alemã e implementa de seu projeto enquanto regime (KERSHAW, 1997, pp. 55-56).

Conforme dito, o antissemitismo enquanto arma política, não foi uma inovação nazista. Na primeira metade do XIX, este estava presente, porém de maneira relativamente atenuada e vista com estranhamento nos círculos intelectuais alemães, devido à natureza ainda arraigada ao discurso religioso. Contudo, no final deste século tal barreira foi rompida migrando ao campo político, com caminho pavimentado pelos

discursos cientificistas através das explicações raciais e biológicas, já na segunda metade do século XIX (KITCHEN, 2013, p. 177). O nacionalismo em seu formato “híbrido”, com elementos do autoritarismo e militarismo da aristocracia feudal, e impulsionado pelas demandas por expansão de mercado típicas do final do século XIX encaminharam a Alemanha para o acirramento geopolítico com as potências vizinhas, o que culminou na Guerra Mundial, e posteriormente em sua derrota. As penalidades resultantes do Tratado de Versalhes foram decisivas para a politização da consciência pública (FEST, 2005, p. 85), entretanto, alguns grupos e/ou indivíduos utilizaram o antissemitismo como caminho mais curto para assim proceder.

O nazismo, e o fascismo de modo geral, pressupunha de tal politização que extravasasse os limites institucionais, em outros termos, “(...) o fascismo não poderia ter existido antes de os cidadãos comuns terem passado a participar da política.” (PAXTON, 2007, p. 79). Apesar de encontrar terreno fértil na política de massas, o nazismo operou através da articulação entre solidariedade dos indivíduos, vinculação com a família e associação à nação, estreitamente ligados a um patrimônio genético comum (INGRAO, 2015, p. 80). Deste modo, o determinismo racial, revestido de entendimento biológico à nação, impediram de forma intransigente em sua composição, qualquer porosidade à participar de grupos “não-arianos”. Todavia, o judeu particularmente foi visto como raça rival e detentora de capacidades infecciosas e parasitárias, e só a pureza poderia preservar a “raça ariana”.

Segundo a compreensão de Hitler, e dos nazistas de modo geral, a atividade subterrânea dos judeus foi a responsável pela derrota surpreendente da Alemanha na Grande Guerra (BURRIN, 1990, p. 24). Sublinha-se que as concepções antissemitas estavam presentes de diferentes formas e intensidades por toda a Europa, não sendo monopólio da Alemanha nazista. Todavia, o Terceiro Reich desenvolveu o assunto como questão de Estado, destinando despesas públicas na classificação das pessoas sãs e saudáveis. Partia-se do entendimento que a erradicação daqueles “indivíduos inferiores e sociais, doentes, deficientes mentais, insanos, aleijados e criminosos” (EVANS, 2017, p. 573) consistiria em redução de gastos. A inclusão institucional da eliminação sistemática de indivíduos de forma racional e burocrática é algo inédito, porém, não imediatamente chocante à opinião internacional nos primeiros anos do Reich nazista.

A eliminação de vidas que se inseriam no grupo dos excluídos de cidadania ariana não tangenciava quaisquer valores éticos ou morais, mas estavam inseridas na preocupação permanente de contaminação da raça. Mark Mazower (2001, p. 178) apresenta o julgamento do segundo-tenente da SS Max Taulmer, em maio de 1943, por ter fuzilado de maneira não autorizada judeus ucranianos. Em sua sentença se enfatizou que o delito não estava no assassinato de judeus, mas na forma como foi conduzido, de maneira selvagem, fugindo da dignidade esperada pelo alemão. Deste modo, demonstra-se a participação do antissemitismo enquanto norma pública e institucional, sob o dever de ser levado para a esfera doméstica pelo cidadão nazista. Assim, irradiava-se para toda a sociedade o ódio ao judeu ressignificado pelos nazistas. O estatuto de exclusão foi corroborado com as leis de Nuremberg (1935), onde se definia com rigor os impedimentos dos judeus e as penalidade em que estariam submetidos os “arianos” que descumprissem (EVANS, 2017, pp. 619-620).

Ao abandonar o revestimento religioso ou a carga cultural, o antissemitismo nazista projetou-se de maneira mortífera diante da “racionalidade” e da burocracia como foi organizado. Todavia, tal estigmatização, exclusão e, portanto, aniquilação, foi possível por haver a colaboração, conivência ou indiferença boa parte da população alemã, de modo que o antissemitismo não foi peculiaridade de homens e mulheres doentes, encarnações do mal, mas conseguiu se ramificar no cotidiano, transcendendo as esferas aristocráticas em decadência – conforme foi o caso da *Action Française*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Somente no regime colaboracionista do Marechal Pétain a *Action Française* conseguiu lançar alguns de seus integrantes aos escalões secundários de poder. Portanto, ainda que participando do Estado, não tiveram força necessária para definir diretrizes e determinar rumos através de seus projetos. Tal aspecto dificulta comparações com outros tipos de propostas que ascenderam à condição de regime, porém, não torna inviável o exercício analítico. Caso ascendesse à condição de governo nacional, poderia a *Action Française* conduzir assassinatos sistemáticos aos moldes nazistas, tomando como medida o antissemitismo?

Apesar de alguns integrantes da *Action Française* se incomodarem timidamente com a violência imposta pelos nazistas à comunidade judaica na Alemanha, como foi o caso de Jacques Bainville, não houve condenação incisiva. Isto indicou que o movimento, de modo geral, ou aprovava as ações ou via com indiferença as agressões, assassinatos, atentados conduzidos pela SS aos imóveis e lojas de propriedade de judeus alemães. Por outro lado, o elitismo que se transvestiam e projetavam seu modelo de Estado, eram impeditivos para a mobilização da população, a politização e o esforço de tornar o antissemitismo uma política de Estado de modo a torna-lo palatável e atraente aos diversos extratos populacionais no caso francês.

É possível perceber origens e formas de desenvolvimento distintos, igualmente, entre o modelo de nação através do antissemitismo, defendido pela *Action Française* e pelos nazistas. Enquanto na interpretação daqueles, os judeus ameaçavam o patrimônio cultural e identitário francês, sob o esforço de diluir a família, a religião e a monarquia; no caso nazista, a mácula se fazia em escala genética, através da corrupção biológica. Para os alemães, neste sentido, a decadência cultural era resultante da deterioração biológica imposta pela mestiçagem sanguínea. Tal diferença afetaria a percepção de quem eram os cidadãos em cada país, segundo a ótica dos grupos estudados. Para *Action Française* os súditos cidadãos eram compreendidos por aqueles que aceitavam as bases tradicionais da nação, estabelecidos pelo pacto entre a cruz e a coroa. Para os nazistas, a nação era compreendida pelos alemães em si, mas da depuração dos indivíduos “racialmente ideais”, daqueles mestiços, deficientes ou que representasse qualquer risco à raça. Deste modo, o antissemitismo se manifesta de diferentes formas, podendo atender projetos distintos de modelos autoritários e excludentes.

Bibliografia:

ARENDR, Hannah. *Origens do Totalitarismo: Anti-semitismo. Imperialismo. Totalitarismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989. 562 p..

BURRIN, Philippe. *Hitler e os Judeus: gênese de um genocídio*. Porto Alegre: LP&M, 1990, 211 p.

CAVALETTO, Andrea, “La monarchie imaginée: sur le royalisme dans l’ideologie de l’Action Française”. *Diocronie: Studi di Storia Contemporanea*, n. 16, v. 4, 2013.

EVANS, Richard. *O terceiro Reich no poder*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, , 2017. 1023 p.

FEST, Joachin., *Hitler*. Vol. 1. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 461 p. 2005.

GRIFFIN, Roger. “Fascism’s new face (and new facelessness) in the post-fascist epoch”. in. GRIFFIN, Roger; LOH, Werner & UMLAND, Andreas (org.) *Fascism past and presente, West and East: na International debate on concepts and cases in the comparative study on the Extreme Right*. Stuttgart: Press Stuttgart, 2014. 521 p.

INGRAO, Christian. *Crer e Destruir: os intelectuais na máquina de guerra da SS nazista*. Rio de Janeiro; Zahar, 474 p., 2015.

JOLY, Laurent. “D’une guerre l’aoutre: l’Action Française et les Juifs – de l’Union Sacrée a la revolution nationale (1914-1944).” *Revue d’histoire moderne et contemporaine*, n. 4, 2012.

KERSHAW, Ian. *Qu’est-ce que le nazisme? Problèmes et perspectives d’interprétation*. Paris, Gallimard, 1997. 536 p.

KITCHEN, Martin. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje*. São Paulo, Editora Cutrix, 2013. 592 p.

MANN, Michael. *Fascistas*. Rio de Janeiro, Record, 2008. 129 p.

MAURRAS, Charles. “Le Bien de Tous”. *L’Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, 24.03.1908. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k756133r.item>

MAURRAS, Charles. “Le parasite éliminé”. *L’Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, 26.03.1908a. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k756135h.item>

MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. 10^a ed. Paris, Nouvelle Librairie Nationale, 1925. 615 p.

MAZOWER, Mark. *Continente Sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 465 p.

NEUMANN, Franz. *Behemoth: pensamiento y acción en el nacional-socialismo*. México D.F., Fondo de Cultura Economica, 1983. 583 p.

PANTON, Robert. *A Anatomia do Fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 420 p.

RÉMOND, Réne. *Les Droits en France*. Paris, Aubier, 1999. 544 p.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. “O conservadorismo como via para a modernidade”. Anos 90, Porto Alegre, n. 6, dez. 1996.

TRAVERSO, Enzo. *El Totalitarismo: historia de un debate*. Buenos Aires, Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2001. 166 p.

STERNHELL, Zeev. *La Droite Révolutionnaire – 1885-1914: les origines françaises du fascisme*. Paris, Éditions du Seuil, 1978. 442 p.

VOUGEOIS, Henri. et alii. “Le Nationalisme Integral”. *L’Action Française: organe du nationalisme integral*, Paris, 21.03.1908, <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k756130m.item>

WEBER, Eugen. *L’Action Française*. Paris, Librairie Artheme Fayard, 1985. 665 p.

WINOCK, Michel, *Nationalism, Anti-semitism and Fascism in France*. Stanford/California, Stanford University Press, 1998. 351 p.